

Economia segura gastos estaduais

O Ministério da Economia vai subsidiar com informações, formalmente, o Senado Federal, para a renovação das resoluções 94 e 96, que fixam limites de endividamento dos estados, municípios, Distrito Federal e da União. As resoluções em vigor vencem no dia 30 de novembro e 31 de outubro, respectivamente. Com isso, o governo auxilia o Legislativo em seu trabalho de controlar o crescimento do déficit público.

Ontem, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, criou um grupo de trabalho constituído por advogados da Procuradoria da Fazenda e assessores dos Departamentos do Tesouro e de orçamentos e do Banco Central, para coletar informações necessárias ao trabalho do Senado. A equipe econômica não quer perder a oportunidade de participar da fixação dos parâmetros técnicos que limitam o endividamento dos governos estaduais e municipais, porque as resoluções em vigor, editadas no ano passado, deram ampla margem de autonomia a essas administrações. Consequentemente, por ocasião da campanha eleitoral, os estados e municípios, de maneira geral, elevaram expressivamente seus gastos e seu déficit, comprometendo o esforço de estabilização do governo federal.